Nota de Imprensa 20/01/2015

A visita ao serviço de urgência do Hospital de São Sebastião - Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga

O desempenho excepcional dos médicos e as miseráveis condições de trabalho

O Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos (CRN), o Sindicato Independente dos Médicos (SIM Norte) e o Sindicato dos Médicos do Norte (SMN/FNAM), em face da situação clínica vivida nas urgências hospitalares, amplamente divulgada pela Comunicação Social, decidiram levar a cabo em 2015 uma avaliação sistemática do funcionamento dos serviços de urgência hospitalares do Norte do País.

A urgência do Hospital de São Sebastião, em Santa Maria da Feira (CHEDV), serviço que está classificado como urgência médico-cirúrgica e que serve uma população de cerca de 350.000 habitantes, foi a primeira a ser visitada na manhã de 16 de Janeiro de 2015.

A visita a este serviço de urgência confirmou as informações e denúncias que são do conhecimento público há muitos meses e que já tinham motivado alertas sucessivos ao Conselho de Administração do CHEDV, à ARS Norte e à ERS.

Objectivamente foi possível verificar que a urgência do Hospital de São Sebastião não cumpre minimamente os critérios exigíveis a uma urgência médico-cirúrgica, e tem um quadro médico dedicado de urgência geral claramente insuficiente para as necessidades da população de referência.

As equipas médicas de urgência estão claramente desfalcadas, estando a funcionar com cerca de 50% do número de médicos que seriam necessários. O mesmo acontece com os outros profissionais de saúde, o que agrava ainda mais a situação.

Com uma média de 300-400 doentes nas 24 horas, e apesar do desempenho excepcional dos médicos e de todos os outros profissionais de saúde (enfermeiros, assistentes administrativos, e assistentes operacionais – maqueiros e auxiliares de acção médica), os tempos de espera, determinados pela triagem de Manchester, são clinicamente inaceitáveis. Adicionalmente, as miseráveis condições de trabalho, com deficiência de materiais e equipamentos, contribuem para agravar a situação.

Nesta medida, as três estruturas regionais das associações representantes dos médicos coordenaram a sua actuação com o objectivo de denunciar publicamente as deficiências e irregularidades existentes nos serviços de urgência hospitalares e exigir ao poder político uma solução rápida e eficaz que permita devolver a confiança e esperança aos profissionais de saúde e aos potenciais doentes que recorrem aos serviços de urgência.

O CRN da OM, o SIM Norte e o SMN/FNAM, relevam publicamente a excepcional capacidade de trabalho dos médicos e dos outros profissionais de saúde, que em condições adversas e inseguras, e sob uma pressão intolerável, têm tido um comportamento notável no desempenho das suas funções. Graças a eles, e não aos responsáveis políticos, os serviços de urgência têm, apesar de tudo, conseguido evitar verdadeiras catástrofes no âmbito da saúde pública.

Da mesma forma, e em respeito absoluto pelos doentes e pelos médicos, e nos limites das nossas competências, pugnaremos pública e institucionalmente por:

1. Defesa da segurança e da dignidade dos doentes e do seu direito a cuidados de saúde de qualidade;
2. Defesa da segurança dos médicos e do seu direito a serem tratados com dignidade;
3. Defesa de condições de trabalho adequadas e exigíveis ao exercício da profissão nos serviços de urgência (incluindo a justa remuneração de acordo com o nível elevado de responsabilidade e de risco que as situações de urgência acarretam);
4. Defesa de equipas de urgência organizadas e coesas, com o número suficiente de médicos e de outros profissionais de saúde, e o respeito integral pelas competências de cada profissão, com reforço obrigatório das equipas nos meses habitualmente mais problemáticos, podendo tal passar pela existência de "equipas dedicadas" mas carecendo a sua definição de negociação sindical;
5. Defesa da eliminação imediata de sobreposição de tarefas hospitalares distintas, por exemplo serviço de urgência e consulta/actos de diagnóstico em horário sobreponível (muitas vezes impostas pelos responsáveis de algumas unidades de saúde);
6. Defesa da eliminação imediata da contratação persistente de médicos tarefeiros através de empresas prestadoras de serviços, em detrimento da abertura de concursos públicos para a contratação dos médicos necessários;
7. Defesa da existência de serviços de atendimento complementar / permanente para atendimento de situações agudas ao nível dos cuidados de saúde primários (CSP), devidamente equipados tecnicamente, e com recursos humanos e horários de funcionamento devidamente ajustados, e que possibilite um atendimento mais rápido e eficaz;
8. Defesa de uma campanha de informação compreensível para todos os cidadãos que permita a orientação dos doentes para os serviços de tratamento de situações agudas dos CSP ou para os serviços de urgência hospitalares;
9. Defesa de uma política de Saúde que contemple uma verdadeira reforma dos serviços de urgência/emergência complementada com o papel essencial dos CSP no atendimento de situações clínicas agudas não urgentes;
10. No contexto actual, de deficiência no cumprimento da legislação e regulamentação vigentes e no incumprimento das condições mínimas de trabalho, responsabilizar os conselhos de administração dos hospitais, e especialmente os directores clínicos, pelos acidentes graves e incumprimentos que possam ter lugar no exercício da actividade médica;

11. Especificamente, e como já aconteceu no caso do Hospital de São Sebastião, serão abertos inquéritos de averiguações de responsabilidade disciplinar e comunicadas as deficiências graves com prejuízo directo para os doentes e/ou para os médicos à Inspecção Geral de Actividades em Saúde (IGAS) e ao Ministério Público (MP) se for caso disso;
12. Finalmente, não podemos deixar de reafirmar que o Ministro da Saúde, enquanto responsável máximo pela definição geral de política de saúde e enquanto detentor de poderes tutelares e de superintendência sobre as administrações, não se pode eximir à responsabilidade moral e política por acontecimentos graves que todos desejaríamos que nunca ocorressem.

Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos
Miguel Guimarães

Sindicato Independente dos Médicos (SIM Norte)
Jorge Silva

Sindicato dos Médicos do Norte / FNAM
Merlinde Madureira

Porto, 20 de Janeiro de 2015